



## Plenária marca dez anos discutindo a luta de classes no governo Lula

### ARTIGO

O professor Roberto Leher debate os rumos do movimento sindical diante da perspectiva de um novo governo.  
Página 03

### MPU EM PAUTA

Projeto elaborado por Geraldo Brindeiro vai beneficiar servidores requisitados sem discutir com a categoria.  
Página 03

### ENTREVISTA



Paulo Alexandre

O procurador Luiz Francisco fala do que pensa do próximo governo e de como deve ser a atuação do MPU e do Judiciário. Para ele, a democratização dos Poderes é o principal caminho para uma sociedade mais justa.

Páginas 04 e 05

# Os desafios do movimento sindical

Neste final de novembro vai acontecer a 10ª Plenária Nacional da Fenajufe, em Salvador. Este evento acontecerá num momento bastante significativo da conjuntura política do Brasil e do mundo, marcado por grandes desafios.

Difícil porque a situação internacional permanece com um horizonte muito nebuloso para a classe trabalhadora do planeta, em virtude dos permanentes ataques do capital mundial contra os nossos direitos. A crise estrutural do capitalismo se aprofunda, gerando suas trágicas conseqüências para a humanidade.

No Brasil, nos estertores do governo Fernando Henrique Cardoso, o modelo imposto à sociedade segue criando toda a sorte de mazelas econômicas e sociais. Após oito anos de mandato, o presidente-representante dos monopólios nacionais e internacionais lega uma herança de desemprego, miséria, fome e barbárie social.

Os resultados das últimas eleições foram um claro sinal do esgotamento do modelo e manifestação inequívoca de descontentamento popular com o governo FHC. A oposição, que saiu vitoriosa das eleições, capitalizou esse sentimento de indignação, elegendo, inclusive, o presidente da República, com apoio de grande parte dos servidores públicos federais e dos trabalhadores em geral.

Na Plenária da Fenajufe, vamos fazer uma avaliação da conjuntura, considerando o quadro geral de crise do capitalismo que atinge o Brasil e o mundo. Nessa perspectiva, será da maior importância analisarmos o futuro governo Lula e definirmos os balizamentos da relação do nosso movimento com o governo eleito. Não só em nível do Judiciário Federal e MPU, como também dos servidores públicos e trabalhadores em geral.

Embora a Plenária Nacional seja o fórum indicado para de-

batermos e definirmos nossa plataforma de luta para o próximo período, de antemão já podemos vislumbrar muitos desafios e embates para este e os futuros momentos. Neste final de governo FHC, o capital e seus representantes no Congresso fazem de tudo para aprovar a famigerada Reforma do Judiciário. Também está sendo definido o Orçamento Geral da União para 2003, onde são mantidas, até agora, as políticas de FHC que favorecem a orgia especulativa e os interesses dos monopólios nacionais e internacionais.

Nesse contexto, os trabalhadores precisam estar muito atentos aos movimentos do futuro governo. Se este foi eleito na expectativa de mudanças no atual estado de coisas é nessa linha que deverá seguir, com o apoio de amplos movimentos de massa da população. Nossas bandeiras de lutas gerais e específicas, como reposição das perdas salariais e dos direitos retirados, a valorização do serviço público, a antecipação do PCS, etc, para serem atendidas, pressupõem um total rompimento com a atual política, ditada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo capital nacional e internacional.

Em todo caso, o fundamental é mantermos um princípio básico do movimento que é a total independência das entidades sindicais em relação aos partidos, patrões e governos. Na próxima ou em qualquer conjuntura, esses princípios não podem ser alterados. Entendemos que os trabalhadores no Brasil e no mundo devem incrementar sua organização e luta contra o capitalismo e seus representantes de plantão, revestidos de qualquer capa.

Em síntese, cabe aos trabalhadores lutarem por seus direitos, denunciarem o modelo capitalista e conquistarem a sociedade socialista. Essa é nossa perspectiva histórica.

## CURTAS

### "Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome"

O presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, já disse que não vai medir esforços no combate à fome. De acordo com ele, que já sentiu na pele os sofrimentos da miséria, esta será uma das prioridades logo nos primeiros dias de seu governo e anunciou a criação da Secretária de Emergência Social para viabilizar o programa Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil. "Se ao final do meu mandato cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida", essas palavras repercutiram positivamente entre os principais organismos internacionais de direitos humanos, que apostaram que o próximo presidente poderá protagonizar um modelo mundial no combate à fome.



Arquivo FGV

### Números que assustam

A preocupação em combater a fome é assunto recorrente nos corredores do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Porém, nenhum programa que garantisse o fim desse mal foi viabilizado de fato. Pelo menos é o que mostram os números. Em 1993, quando o sociólogo Hebert de Souza iniciava sua campanha contra a fome, o IPEA registrava que o Brasil tinha 32 milhões de famintos. Hoje, são 34% da população na pobreza absoluta e 13,3% na linha de indigência. A meta do próximo presidente é de atender 9,3 milhões de famílias, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza. A equipe que elaborou o programa espera contar com mais de R\$ 3 bilhões do Fundo, além de contribuições voluntárias.

### Discutindo a comunicação sindical

O Núcleo Piratininga de Comunicação realizou, neste mês de novembro, o 8º Curso de Comunicação Sindical e Comunitária, no Rio de Janeiro, com a participação de jornalistas de diversas entidades do movimento sindical, como a Fenajufe e sindicatos filiados, e lideranças sindicais e do movimento popular. Diversos temas, como história e jornalismo, modelo econômico, comunicação e justiça foram abordados no curso. O procurador Luiz Francisco Souza, a juíza federal do Rio de Janeiro, Salete Maccaloz, o jornalista da Caros Amigos e professor, José Arbex Jr., além de outros jornalistas e professores de História deram sua contribuição nos debates.

### Jornal Brasil de Fato

Vem aí um jornal de esquerda, denominado Jornal Brasil de Fato. O comitê do jornal é formado pelo Sindicato dos Jornalistas DF, Cáritas Brasileira, MST, Confederação Nacional dos Servidores do Inca e GT sobre Reforma Agrária da UnB. O jornalista José Arbex Jr., da revista Caros Amigos, é o editor chefe do jornal e o responsável pela divulgação do projeto. O primeiro número será lançado no Fórum Social 2003, em Porto Alegre. A assessoria de comunicação da Fenajufe esteve no lançamento do projeto do Jornal, em Brasília.

## EXPEDIENTE

### Fenajufe em Pauta

Jornalista responsável: Leonor Costa - MTb 4941/DF  
Diagramação: Cleiton Staats  
Tiragem: 50 mil exemplares  
Gráfica: Relevo

E-mail: fenajufe@fenajufe.org.br  
Site: www.fenajufe.org.br

# Um novo ponto de partida para a luta em defesa do serviço público

Roberto Leher

Professor da UFRJ e ex-presidente do Andes/SN

As comemorações que se espalham em todos os recantos do país não são anônimas, como os espetáculos da mídia, em que o povo faz o pano de fundo; ao contrário, como nas imagens de Sebastião Salgado, o rosto do povo brasileiro sobressai. Lágrimas e sorrisos incontidos indicam que, de fato, desde a ótica dos que vivem do-trabalho, algo mudou, ainda que, por hora, essa mudança seja difusa.

No cenário pós-eleitoral, uma indagação ecoa nos sindicatos: como contribuir para que uma agenda anti-neoliberal seja introduzida no país? Certamente, alguns setores vinculados ao sindicalismo positivo e de resultados, responderão que a alternativa possível é trabalhar em favor da governabilidade do novo governo. Assim, os sindicatos deveriam abandonar as lutas, as reivindicações e as mobilizações e aguardar que o go-

verno resolva, aos poucos, os pleitos. Outros setores seguramente irão considerar, como Perry Anderson, que o neoliberalismo não morreu. É certo que vive uma extraordinária crise, mas até o presente nenhuma força mostrou uma agenda alternativa efetiva.

A eleição, por si só, não muda a correlação de forças. Para tanto, é preciso que os sindicatos mantenham sua autonomia diante do novo governo e discutam, de forma mais politizada possível, o que seria uma agenda capaz de derrotar as políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, de assegurar ao povo uma substancial melhoria da qualidade de vida. Com as mudanças, o novo governo poderá ampliar o apoio popular e, desse modo, fortalecer a sua condição política diante dos previsíveis ataques dos "senhores do mundo". Nesta ótica, os sindicatos dos servidores públicos devem ultrapassar as reivindicações estritamente econômico-corporativas e lutar pela melhoria radical do serviço público.

Uma luta imediata se impõe:

Não à Alça! Este foi o movimento de maior repercussão social promovido pelo campo da esquerda em 2002. O comparecimento de mais de 10 milhões de pessoas, atesta que o êxito da iniciativa foi, de fato, inegável, inserindo os movimentos sociais brasileiros na luta continental contra os tratados de livre comércio. Caso seja aprovado, o serviço público praticamente desaparecerá em menos de uma década. Um segundo desafio que irá produzir intenso debate é a criação de fundos de pensão. Colocar as verbas previdenciárias no moinho satânico do capital financeiro somente irá reforçar a irracionalidade do capital especulativo e os seus efeitos desagregadores sobre a economia real. Ademais, quem, de bom senso, jogaria a poupança de uma vida inteira de trabalho no cassino da bolsa de valores? Além dos banqueiros e de seus sócios menores, inclusive no âmbito sindical, ninguém! Um terceiro desafio, extremamente grave a curto prazo, é a meta de superávit primário exigido pelo FMI. Para al-

cançar as metas acordadas, algo como R\$ 70 bilhões, terão de ser subtraídos do exaurido Estado Social. Com estas metas, a política econômica não poderá mudar, e a crise não será encaminhada em uma ótica benéfica aos trabalhadores.

Esses são alguns desafios. As principais forças sociais que podem promover mudanças estão cientes de que é preciso fortalecer a agenda anti-neoliberal e, desse modo, com autonomia, podem contribuir para o êxito do governo de Lula da Silva. Muito provavelmente haverá uma escalada dos movimentos de massas, visto que, de um lado, o seu governo trará autoconfiança e ânimo renovado e, de outro, ferozes ataques dos conservadores. Não pode ser descartada a tentativa dos setores mais conservadores da coalizão que sustenta a candidatura Lula de tentarem domesticar os movimentos em nome da governabilidade, mas esta é uma aposta incerta, face ao dinamismo de muitos movimentos e à profundidade da crise em que o país se encontra.

## Projeto pode colocar servidores "pela janela"

*Fenajufe aponta necessidade de sindicatos discutirem a proposta com a categoria do MPU*

Por Leonor Costa

Mais um projeto de lei polêmico, que pode trazer prejuízos para os servidores do Ministério Público da União, aguarda votação ainda este ano no Congresso Nacional sem o conhecimento da categoria. Trata-se do PL nº 7.080/02, de autoria do Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, enviado em agosto deste ano para o Congresso. A matéria propõe o enquadramento nas carreiras de analista e técnico do Ministério Público dos servidores ocupantes de cargos efetivos, regidos pela Lei nº 8.112/90, que estejam em exercício no MPU há pelo menos cinco anos, aplicando-se o mesmo direito aos que se aposentaram durante exercício no MPU, a partir da vigência da Lei nº 8.428/92.

Tal projeto, apelidado de "Trem da Alegria", foi uma saída que o Procurador-Geral encontrou para beneficiar pessoas ligadas a ele logo este ano,



*Brindeiro deixa servidores da casa em segundo plano*

antes que o próximo governo nomeie outro procurador para ocupar o cargo máximo do Ministério Público. Além de serem prejudicados por ficarem relegados ao segundo plano, os servidores ministeriais correm o risco de tomarem conhecimento do conteúdo da proposta somente depois que a mesma já tiver sido aprovada no Congresso. O PL nº 7.080

aguarda a votação do pedido de urgência e, caso este seja aprovado, o mérito do projeto deve ser votado ainda neste mês de novembro.

A expectativa do consultor legislativo do Senado Federal, Luiz Alberto dos Santos, é que a urgência não seja aprovada agora por se tratar de um projeto bastante polêmico, que não conta com o apoio da bancada de oposição do Senado. Ele espera que com a vitória do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, os parlamentares petistas e dos outros partidos que o apoiarem façam uma pressão para que o projeto seja apreciado no próximo ano, em discussão com representantes da categoria.

Luiz Alberto considera a justificativa de Geraldo Brindeiro, no mínimo, bizarra. Ao apresentar o projeto, o Procurador-Geral argumentou que com a criação da Escola Superior do MPU, pela Lei nº 9.628/98, tornou-se necessário aumentar o quadro

de pessoal, sendo, portanto, fundamental a incorporação dos servidores requisitados ao quadro do MPU. A estranheza dos argumentos está no fato de que em vez de contratar novos trabalhadores por meio de concurso público e promover os servidores da Casa, o Procurador-Geral propõe privilegiar servidores de outros órgãos. "Concurso Público é a única maneira lícita e honesta de solucionar eventuais necessidades de pessoal", afirmou Luiz Alberto, em artigo publicado no jornal do Sindjus/DF.

A Fenajufe vai pautar a discussão em torno desse projeto na Plenária Nacional. O objetivo da entidade é definir, junto com os sindicatos unificados, quais estratégias serão desenvolvidas para impedir a aprovação do projeto. A Fenajufe orienta que os sindicatos que têm os servidores do MPU na base realizem assembleias para discutir o assunto com a categoria e tirar posicionamento.



PAULO ALEXANDRE

Entrevista com o Procurador da República Luiz Francisco Souza.

Por Leonor Costa

Diante da perspectiva de mudança nos rumos do país a partir do próximo ano, o *Fenajufe em Pauta* entrevistou o procurador da República, Luiz Francisco Souza, que falou de questões polêmicas relacionadas ao papel do Ministério Público da União e do Judiciário. Luiz Francisco, que se destacou pela sua atuação combativa em vários episódios envolvendo políticos brasileiros, fala de sua esperança em uma nova composição dos quadros dos três poderes e considera que o governo Lula poderá promover a democratização do MPU, com a participação dos servidores. Para isso, ele avalia que a primeira medida a ser tomada deve ser a escolha de um Procurador Geral da República correto.

**Fenajufe em Pauta:** O senhor acredita que com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva haverá uma grande mudança no país, especialmente no papel do Judiciário e do MPU?

**Luiz Francisco:** O Brasil é praticamente o campeão de desigualdade social, de latifúndio, de juro alto, de corrupção, de acidente do trabalho e 60% dos 65% dos trabalhadores nem carteira de trabalho têm. É também um dos piores países em saúde pública e em educação. Por isso, vai ser uma luta, principalmente porque os gran-

# A democratização do Judiciário e do MPU

des capitalistas vão tentar envolver o governo do Lula a cada segundo. Inclusive eles já estão conversando, a Fiesp, o pessoal das associações comerciais, os banqueiros, para tentar capturar o governo. Por isso, é importante a gente saber que o momento que estamos vivendo é igual ao do Jânio Quadros, ao do João Goulart e igual ao segundo governo do Getúlio Vargas, da década de 50. A gente vai ter que disputar o governo com os capitalistas, com os ricos, para poder exigir que acabe o latifúndio, que diminua a dependência, que afaste a auditoria das duas divisões públicas e mais outras coisas.

**“O que eu gostaria é que o próximo governo nomeasse rapidamente um procurador-geral da República correto, baseado em uma lista tríplice”**

**Fenajufe em Pauta:** O governo Fernando Henrique foi marcado por vários escândalos de corrupção, envolvendo parlamentares e pessoas ligadas a altos cargos do Executivo e do Judiciário. O senhor considera que o MPU e o Judiciário cumpriram com o seu papel? Como será a atuação destes dois poderes no governo Lula?

**Luiz Francisco:** A gente cumpriu a duras penas e não a contento, porque só cumpriria se tivéssemos entrado com mais umas 30, 40 ações. Mas com o novo governo abrindo os arquivos públicos da Abin, da Secretaria Federal de Controle, da Corregedoria e do Banco Central, a idéia é tentar entrar com uns 200 processos a mais contra as malversações que ocorreram na gestão da coisa pública nos últimos oito anos. O

meu medo é que diante de velhos tucanos ocupando vários governos estaduais, crie uma relação do tipo “a gente joga leve com vocês e vocês também não vão tentar retaliar”. Tudo o que eu e os procuradores do Ministério Público queremos é o que o governo nos remeta todos os arquivos e todos os documentos que estão hoje fechados, guardados, arquivados e bem escondidos.

**Fenajufe em Pauta:** O senhor teve uma atuação fundamental em ações de combate à corrupção e ao crime organizado, por isso, não se sente perseguido por forças políticas ligadas a esses e outros episódios?

**Luiz Francisco:** Não, até porque eu estou pouco ligando para isso. O que eu gostaria é que o próximo governo nomeasse rapidamente um procurador geral da República correto, baseado em uma lista tríplice. O ideal é que os servidores também fossem ouvidos, implantando mecanismos de democratização interna dentro da Procuradoria, por exemplo, que os servidores possam escolher chefias, possam ser ouvidos bem mais do que são hoje. E aí com essa democratização, a instituição vai se tornar muito mais aguerida, mais participativa, mais consciente, na medida em que for levada em conta a subjetividade de milhares e milhares de pessoas que hoje não são ouvidas. Na gestão do Brindeiro foi tudo concentrado no procurador geral, indicado a dedo pelo Palácio, que designava cinco procuradores regionais, que sempre centralizavam nas mãos deles quase tudo de importante. Agora a gente espera que tenha eleição para tudo, para que os servidores, em vez de ficarem relegados, como hoje são, tal como os procuradores, atuem como em uma República participativa.

**Fenajufe em Pauta:** O senhor vai apresentar ao novo presidente essa proposta de fazer eleição para escolher os membros do MPU?

**Luiz Francisco:** Nós estamos divulgando ao máximo, até para a imprensa e para pessoas que temos amizade para

chegar até o Lula. A gente espera que ele confie na categoria e acate a lista tríplice e, ao mesmo tempo, que a pessoa que vá assumir tenha uma plataforma que contemple também os servidores.

**Fenajufe em Pauta:** Já está sendo ventilado um nome para ocupar o cargo de procurador geral da República?

**Luiz Francisco:** Eu gosto muito do Fonteles (Cláudio Lemo Fonteles, subprocurador-geral da República), agora acho que o próprio Fonteles para poder se eleger tem que fazer uma plataforma, que é vital, uma carta de compromissos com a democratização interna, e também acho que ele deve considerar os interesses dos servidores.

**Fenajufe em Pauta:** Como o senhor avalia os critérios de escolha dos ministros do STF, como a indicação já feita pelo presidente Fernando Henrique, e de que maneira esse processo seria mais democrático no governo Lula?

**Luiz Francisco:** Eu defendo uma proposta que é da Associação dos Juízes pela Democracia, de São Paulo, e é também defendida pelo pessoal dos Juízes Alternativos, lá do Rio Grande do Sul, e por parte da Ajufe. É uma proposta para o STF, em vez de ficar julgando cem mil causas por ano, julgar só cem, duzentas causas por ano e ser formado só como corte constitucional. Os ministros também devem ser eleitos por um colégio formado de juízes e desembargadores. Fica durante cinco anos ou seis e depois pode ser reconduzida por mais um mandato. Esse é o mecanismo que eu defendo, que é também mecanismo de democratização interna, que passa pela escolha dos presidentes dos tribunais. Eu acho que os servidores também deveriam ser ouvidos nesse processo.

**Fenajufe em Pauta:** A Reforma do Judiciário está prestes a ser votada e a preocupação de algumas entidades, como a Fenajufe, é que ela seja aprovada a toque de caixa, sem a participação dos servidores, não só do Judiciário e do MPU, como de toda a esfera federal. O senhor acredita que

Paulo Alexandre



seria possível ter a participação dos servidores na discussão em torno da reforma e o que o senhor acha de seu conteúdo?

Luiz Francisco: Primeiro eu acho que entidades como a Fenajufe teriam que ir lá no Congresso e pedir para que os senadores e deputados peçam vistas e consigam a obstrução impedindo votações de matérias importantes. Quanto menos votarem esse ano melhor, porque esse Congresso que está aí é um dos piores que já tivemos, um dos Congressos mais entreguistas, mais subservientes. Esse novo Congresso que vem agora, em termos de participação de trabalhadores, de operários, é muito maior, então por isso que eu acho que entidades como a Fenajufe têm que se reunir e acertar com bancadas para conseguir a obstrução regimental, já que agora só tem o mês de novembro e depois já é o recesso de Natal. É importante lembrar que na Reforma do Judiciário tem o projeto da Mordaza, que agora, com essa mudança, o governo não tem mais interesse. Ele queria o controle do Ministério Público e do Judiciário. Agora com um governo de esquerda, o atual governo nem vai querer mais votar essa proposta, porque senão daria ao governo de esquerda o controle do Judiciário e do MPU. Ele não vai querer fazer isto. Então essa é uma esperança que a agente tem.

Fenajufe em Pauta: Qual a opinião do senhor em relação à proposta de transferência da competência de julgar casos de servidores públicos para a Justiça do Trabalho?

Luiz Francisco: Eu sou radicalmente contra, porque se você pegar a Constituição de 46 estava claro que servidor público tem que ser concursado, ele não poderia estar sujeito à regra da CLT. Aí isso foi burlado pelos militares e foi construída a categoria dos extranumerários. Essa categoria é o pessoal celetista. O Fernando Henrique, na emenda constitucional 19 de 95, da Reforma Administrativa, também tentou ampliar a abrangência da CLT e isso é um retrocesso histórico. Se você pegar o artigo 7º, inciso I da Constituição está lá afirmando que todo o assalariado teria direito de proteção contra despedida motivada. A gente não pode aceitar demissão por insuficiência de desempenho, não pode aceitar transformar o servidor público em celetista, a gente tem que garantir a volta do estatuto único do servidor, com planos de cargos e salários bem estabelecidos. É por isso que

essa proposta de transferir a competência para a Justiça Trabalhista faz parte do golpe. A Justiça Trabalhista deveria ter uma boa reforma, por exemplo, a composição do TST é tétrica, tudo indicado a dedo por este governo. A questão é que o servidor público não tem que está ligado à Justiça do Trabalho e sim ligado à Justiça Federal, porque você ainda pode confiar mais na Justiça Federal do que na Justiça do Trabalho. No fundo, o problema não é qual justiça é melhor e sim qual o regime jurídico é melhor, aí eu te digo que não é o regime celetista o melhor. O nosso regime é o estatutário.

Fenajufe em Pauta: O Lula anunciou em seu primeiro pronunciamento como presidente que uma das primeiras coisas que ele vai fazer é encaminhar ao Congresso Nacional as reformas que ele considera mais urgentes, como a da Previdência e a Sindical. Como será que vai ser tratada essa Reforma da Previdência pelo governo Lula, o senhor tem uma idéia?

Luiz Francisco: Na Reforma Sindical acredito que ele vai tentar acabar com o Imposto Sindical para acabar com os sindicatos pelegos. É um consenso, porque se você tem uma boa diretoria ela pode ampliar a arrecadação e aí sobrevive com o apoio da categoria. Agora, sobre a Reforma da Previdência é bom a gente ter um pouco de cuidado. O problema todo é que hoje tem um déficit na Previdência, mas esse déficit é aparente porque a gente tem 60% do assalariado sem carteira de trabalho, então se ele não tem carteira isso quer dizer que ele não recolhe a previdência. O que deve acontecer é esse trabalhador informal, que hoje são milhões e milhões de pessoas, passar a ser trabalhador formal e a ter a sua carteira assinada, e aí ele passa a recolher para a Previdência. Se a Previdência

ficar em cima do patrão que não recolhe, faz a auditoria e aí acaba com o déficit. Aí vai ter bastante recurso para ampliar os recursos e o principal ponto da reforma tem que manter garantias para o servidor que se aposentar. O mais importante na Reforma da Previdência é fazer com que os servidores tenham o controle da Previdência.

Fenajufe em Pauta: É notório que setores da classe dominante, inclusive do governo, estão incomodados com a ação do Ministério Público. O senhor acha que isso vai reforçar retaliações por parte desses setores? E a Lei da Mordaza vai nesse sentido?

***“A gente vai ter que disputar o governo com os capitalistas, para poder exigir que acabe a dependência”***

Luiz Francisco: O projeto da Mordaza é um projeto fascista, porque ele prevê quatro pontos. Primeiro que o servidor que abrir a boca vai ser demitido e depois fica três anos sem poder fazer concurso público e ainda tem que pagar multa de 200 mil reais. Ou seja, nenhum corrupto é punido dessa forma, mas quem denunciar o corrupto vai ser punido. Então é uma lei fascista, porque o limite da liberdade de expressão é você dizer a verdade e ter educação, agora se você mente e faz uma falsa imputação você comete difamação ou calúnia e se você falta xingando alguém é injúria, esse é o limite correto. O projeto da Mordaza prevê também a mudança de foro para ações de improbidade, para dar foro privilegiado para as grandes autoridades, o que é uma es-

tupidez, uma canalhice sem tamanho, porque isso não deve existir. Ela prevê também que a lei da improbidade, da ação civil pública seja só cinco anos, então ocorreu um fato e cinco anos depois não pode ter processo. Esse governo quer impossibilitar que o Ministério Público ou um cidadão possa processar um corrupto.

Fenajufe em Pauta: O foro privilegiado está sendo discutido no Congresso Nacional. Será que é mais uma proposta que vai ser empurrada para ser votada ainda este ano?

Luiz Francisco: É mais que um projeto, ele está dentro da Reforma do Judiciário. O Serra foi condenado em junho deste ano a pagar R\$ 200 milhões, ele o Malan. Foi uma ação de improbidade feita pelo Ministério Público de Brasília no caso do Proer, aí os dois foram condenados a pagar em junho deste ano R\$ 200 milhões. O advogado do Serra era o Gilmar Mendes e o Arnold Walder, que é advogado dos banqueiros. Quando o Gilmar foi para o Supremo, o Arnold Walder entrou com uma reclamação no STF e pediu para que o Gilmar puxasse a ação, e então eu não sei como que na distribuição essa ação foi cair exatamente nas mãos do Gilmar. Agora a ação está parada no Supremo.

Fenajufe em Pauta: Nesse caso do foro privilegiado, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que tem uma série de denúncias contra ele, entraria no amparo dessa lei?

Luiz Francisco: Joaquim Roriz, Luiz Estevão, Nicolau Lau Lau, Fernando Henrique, Brindeiro, Serra, Malan e mais uns mil prefeitos e pires e pires de governadores se beneficiariam. Sendo que se isso passar no Supremo é uma anistia, porque se passar a tese de que agente político não está sujeito a improbidade é uma anistia de dez anos do que se sucedeu desde 92, que essa lei é de 92, e ao mesmo tempo uma anistia para o futuro, que dá imunidade para os caras. Ou seja, o governo no apagar das luzes está urdindo uma anistia e, num esforço desesperado, tenta convencer o Parlamento nessa Reforma do Judiciário e tenta implantar a prerrogativa de foro e ao mesmo tempo tenta no Supremo um julgamento para poder tornar imutável a interpretação. Foi tirado de pauta do Supremo e a gente pede até que a Fenajufe vigie, porque um daqueles ministros tem que pedir vistas para segurar e esperar que mude a correlação de força do Supremo.

# Categoria não participou da reestruturação do TRF/1

**R**ecentemente, o TRF-1ª Região promoveu uma reestruturação das Funções Comissionadas na 2ª instância, pretendendo também reestruturar as funções da 1ª instância.

Em relação à 2ª instância, tal reestruturação objetivou extinguir, fundir e reduzir o valor das FC's, ampliando o número total das mesmas, além de privilegiar, sensivelmente, setores ligados à Presidência do Tribunal.

Quanto à Justiça Federal de 1ª instância, a proposta apresentada pelo Tribunal, consistia, a exemplo do que ocorreu na 2ª instância, na extinção e fusão de FC's, sobretudo da área administrativa. A iniciativa reduzia drasticamente o valor das funções remanescentes para aumentar o número total das mesmas FC's que seriam destinadas a servidores lotados nas varas (área-fim).

Na justificativa apresentada pela Presidência do TRF-1ª Região foram suscitados essencialmente dois aspectos: a enorme distorção existente na remuneração de servidores detentores e não detentores de funções comissionadas, situação agravada com a aprovação do PCS em 1996 (Lei 9.421/96); e a redução do quadro de FC's na área-fim por ocasião da implantação das varas federais advindas da Lei 9.788, de 19 de fevereiro de 1999, cujo texto não criou os respectivos cargos e funções.

Sem qualquer discussão prévia que envolvesse o conjunto dos servidores e magistrados, o presidente do TRF-1ª Região, desembargador Catão Alves, submeteu as referidas propostas à apreciação do Plenário administrativo do Tribunal, não conseguindo, de imediato, deliberação. Posteriormente, conseguiu aprovar a proposta relativa à 2ª instância, com algumas alterações, que vão modificar a essência da matéria.

A Fenajufe e os sindicatos representantes dos servidores dos estados abrangidos pelo TRF-1ª Região, desde o primeiro momento, buscaram participação no processo de reestruturação, com vistas em uma proposta que viesse contemplar as preocupações da categoria e estabelecesse critérios para referida reestruturação. De acordo com o diretor do Sintrajufe/PI, Benoni Moreira, embora tenham havido vá-

rias conversas com o presidente do TRF, a efetiva participação com propostas do movimento sindical não foi atendida, mesmo considerando que o desembargador-presidente concordou em ampliar os debates junto às direções dos foros das seções judiciárias da 1ª Região que foram chamadas a enviar propostas relativas à 1ª instância. "Compreendemos que medidas de grande relevância não devem ser adotadas sem uma ampla participação dos servidores, pois somente em um processo democrático pode ser formulada uma proposta que contemple a categoria", ressaltou Benoni.

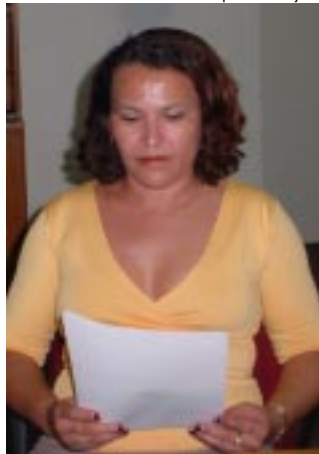
## Carência dos Juizados Especiais torna urgente reestruturação da JF

Vale ressaltar que os aspectos suscitados como justificativa da reestruturação vêm se modificando, pois as distorções existentes entre servidores detentores e não detentores de FC's começam a ser reduzidas com a implementação das parcelas do PCS (Lei 10.475/02).

Além do mais, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5756 que cria 183 Varas Federais em todo o país, no qual consta em seu artigo 3º a criação de cargos e FC's, corrigindo equívocos das leis nº 9.788/99 e 10.259/01. A expectativa é que a aprovação da referida lei venha representar um salto qualificativo no que se refere à melhoria do funcionamento da Justiça Federal, que vem sofrendo enormes prejuízos na prestação de serviços, agravados com a instalação dos Juizados Especiais que funcionam em situação precária desde sua instalação, quando se deu sem o mínimo de estrutura, sequer de pessoal, e vem representando significativos transtornos na prestação dos serviços, além de sobrecarregar os servidores.

Embora a reestruturação da 2ª instância já tenha sido aprovada, a proposta da Fenajufe em participar das discussões ainda está valendo. "Esperamos que a categoria acompanhe esse debate em cada seção judiciária para que possamos interferir nesse processo junto ao TRF, com vistas a garantir uma elaboração democrática, independente das posições antagônicas relativas à

Arquivo Fenajufe



*Madalena considera que falta de estrutura de Juizados Especiais gera transtorno na prestação dos serviços*

matéria", ressaltou Madalena Nunes, diretora da Fenajufe e do Sintrajufe/PI.

Na avaliação de Madalena, uma reestruturação que pretenda corrigir distorções salariais não pode desconsiderar as pessoas interessadas nem tão pouco partir de pressupostos superficiais de que a simples redução de valores com a respectiva ampliação do número de funções supra tal expectativa. O que de fato pode resolver esse problema é a valorização da carreira em todos os seus aspectos com a respectiva secundarização das funções.

"Nesse sentido, a recente aprovação do Plano de Cargos e Salários, sem dúvida nenhuma, significa um passo decisivo na superação das distorções. É claro que ainda falta muito, mas já podemos vislumbrar um aprimoramento da carreira judiciária", finalizou.

Para Caio Teixeira, diretor da Fenajufe, é temerário, e talvez inoportuno, promover mudanças dessa natureza nas FC's, uma vez que a Fenajufe está iniciando uma negociação com o STF para a elaboração de um Plano de Carreira para a categoria que, necessariamente, vai tratar das funções comissionadas. "Na minha opinião, há uma distorção nas FC's que vêm sendo usadas como um artifício de compensação salarial frente a oito anos sem reajustes. As FC's perderam seu verdadeiro sentido que é remunerar com um plus aqueles servidores investidos em funções de chefia ou direção, que implicam maior responsabilidade", afirmou Caio Teixeira.

Suplementação Orçamentária permite pagar 11,98% este ano

*Mas pagamento depende de mobilização*

Foi aprovada na primeira semana de novembro a suplementação orçamentária proposta pelo Judiciário para pagar passivos trabalhistas dos servidores. O valor total foi muito aquém do solicitado após os cortes efetuados pelo Ministério do Planejamento mas, mesmo assim, será possível pagar parcela considerável da dívida referente aos 11,98%.

Os recursos não são "carimbados" para pagar a URV. Eles se destinam a pagamento de salários de servidores ativos e inativos. A Assessoria Econômica da Fenajufe, numa análise preliminar, prevê que se os tribunais decidirem usar tais recursos para pagar pelo menos parte da URV devida, será possível integralizar parcelas equivalentes a aproximadamente dois ou mais meses de salário, a título de atrasados.

Por isso, a Fenajufe orienta todos os sindicatos a procurarem as direções dos órgãos em seus estados e garantirem que os recursos serão utilizados para este fim. É importante a categoria se manter mobilizada neste final de ano para evitar surpresas. Quando este jornal estiver circulando, a Assessoria Econômica já deverá ter os estudos finais que permitirão aos sindicatos negociar sobre dados concretos.

A Federação já está conversando com os tribunais superiores no sentido de que os recursos aprovados sejam canalizados para este fim. É importante o acompanhamento por todos das novidades a respeito pelo site da Fenajufe [www.fenajufe.org.br](http://www.fenajufe.org.br).

# Plenária Nacional marca os dez anos de atuação da Fenajufe

***Tudo pronto para a 10ª Plenária Nacional da Fenajufe, de 22 a 24 de novembro, em Salvador. “Unidade, Lutas e Conquistas” é o tema da Plenária, que vai marcar os dez anos de história da federação. Servidores do Judiciário e do MPU irão invadir a capital baiana para discutir política, conjuntura, perspectiva do movimento sindical no próximo governo e plano de carreira.***

**D**urante três dias, 133 delegados e 48 observadores terão a oportunidade de debater as principais questões que marcaram a trajetória de luta dos servidores em 2002, em especial a luta pela aprovação da revisão dos Planos de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Importantes temas que permeiam a realidade dos trabalhadores, como Reforma da Previdência e Reforma do Judiciário, também estarão presentes nos debates da Plenária.

Vinte e um sindicatos filiados à Fenajufe elegeram, em assembleia, delegados e observadores. São eles: Sitraam/AM, Sinjeam/AM, Sindjus/AL, Sindjufe/BA, Sindissétima/CE, Sindjus/DF, Sinpojufes/ES, Sintrajufe/MA, Sintrajufe/RS, Sintrajufe/PI, Sintrajuf/PE, Sitraemg, Sindjufe/MT, Sindjuf/PA-AP, Sinjuspar/PR, Sinjutra/PR, Sisejufe/RJ, Sintrajurn/RN, Sintrajusc/SC, Sintrajud/SP e Sindjuf/SE. Além dos representantes das entidades estaduais, também vai estar presente na Plenária a diretoria da Fenajufe.

No primeiro dia (22/11), os trabalhos irão iniciar às 9h e em seguida será aprovado o Regimento Interno da Plenária, às 9h30. As 10h30, serão apre-



Ronaldo Barroso

*Fenajufe presente nas mobilizações mais importantes da história do país*

sentadas as teses, com espaço para debates. Ainda no dia 22, à tarde, terão os painéis sobre Reforma da Previdência (nomes não confirmados) e Reforma do Judiciário, com o deputado federal Nelson Pellegrino (PT/BA) e a juíza do Trabalho do Foro de Santa Maria/RS, Mara Loguerio. O encerramento dos trabalhos está previsto

para às 18h. Em seguida, os participantes poderão assistir à atividade cultural, preparada pela organização da Plenária.

No dia 30, a programação conta com a prestação de contas da Fenajufe, às 9h. À tarde, os delegados e observadores se reunirão em grupos de trabalho para debater os toda a pauta da Plenária (Conjun-

tura; Reforma da Previdência; Reforma do Judiciário e MPU; Prestação de Contas; Greve: Lutas e Conquistas; Plano de Lutas; e Calendário do Judiciário e MPU). À noite, às 20h, terá a reunião dos relatores dos grupos. Os trabalhos se encerram no domingo, com a aprovação das resoluções na plenária final.

Arquivo Fenajufe



*Diretores da Fenajufe conduzindo os trabalhos de mesa na 8ª Plenária Nacional, em Belém/PA. Categoria começava a definir a luta pela revisão dos PCS.*

## Literatura para comemorar os dez anos

Para descontrair, os organizadores da Plenária prepararam uma atividade cultural que vai encerrar os trabalhos do primeiro dia. A abertura do evento será com o lançamento do 1º Concurso Literário da Fenajufe, em comemoração dos dez anos da federação. Os resultados do concurso

serão apresentados durante o 2º Encontro de Comunicação da Fenajufe, previsto para ocorrer em abril do próximo ano. A Coordenação de Comunicação está elaborando o regimento do concurso, com as normas e critérios de participação, para apresentar durante a atividade cultural.

### Programação cultural:

- Lançamento do Concurso Literário;
- Coral Canto Livre, do Sindjufe/BA;
- Teatro, com a Companhia Teatrego de Animação;
- Espetáculo de Dança Afro, do grupo Relíquias Africanas;
- Encerramento com o show musical de Gilvan Santos, diretor do Sintrajufe/PI – MPB.

## sintraemg-mg

# Sindicato viabiliza campanha pela "moralização do Judiciário Federal"

O Sitraemg, Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Minas Gerais, está realizando uma campanha, desde o mês de outubro, pela moralização do Judiciário Federal. O trabalho consiste em fiscalizar irregularidades relativas à terceirização, nepotismo e requisição de servidores nos órgãos do Judiciário, em especial no TRT/MG.

O objetivo do sindicato é garantir o cumprimento do artigo 2º do PCS (Lei 10.475/02), em todos os órgãos do Judiciário no Estado, e dos artigos 197 a 200 do Regimento Interno do TRT. O primeiro impede que funcionários terceirizados cumpram funções restritas a servidores do quadro e o segundo caso, referente ao TRT, estabelece critérios para a requisição. O Regimento do tribunal determina, por exemplo, que para ser requisitado o servidor tem que ser concursado e com pelo menos dois anos de atuação em seu cargo de origem.

Para viabilizar a campanha, o



Arquivo Sitraemg/MG

**Carlos Antônio: "Depois do PCS, agora a luta é pela integralidade de seu cumprimento".**

Sitraemg encaminhou ofícios às administrações dos órgãos solicitando informações a respeito da terceirização, nepotismo, requisição e, ainda, distribuição de FC's. O sindicato também disponibiliza em seu site um formulário para que os servidores mineiros denunciem irregularidades.

Em relação à distribuição de FC's, o Sitraemg pretende verificar se o Regimento Interno do TRT está sendo cumprido. O artigo 197 do regimento reserva 90% das funções e dos cargos em comissão aos servidores do quadro, que ainda têm privilégio sobre as FC's de maior valor em relação aos requisitados.

Quanto à terceirização, a campanha se baseia no artigo 2º da Lei 10.475/02, do PCS, que esclarece que "é vedada a criação de emprego público, cujas atribuições coincidam com as carreiras previstas para as Carreiras Judiciárias, bem como a terceirização ou a execução indireta dessas atribuições". O TRT já respondeu os ofícios, enviando ao sindicato cópia dos contratos de terceirização. Já o TRE sugeriu que o Sitraemg escolhesse um representante da diretoria para acompanhar o levantamento dos contratos. A Justiça Federal não deu retorno.

De acordo com o diretor de imprensa do Sitraemg, Carlos

Antônio, o site já recebeu 12 denúncias de irregularidades em processos de terceirização no TRE e 10 denúncias de requisição de servidores no TRT. Quanto ao nepotismo, o TRT indeferiu os ofícios do sindicato que solicitam nomes e grau de parentesco dos servidores suspeitos de serem contratados irregularmente, alegando "privacidade de informações". Segundo Carlos Antônio, esse argumento não procede, uma vez que o sindicato tem legitimidade para fiscalizar no sentido de garantir a moralidade dos órgãos do Judiciário.

O próximo passo da campanha é repassar ao Ministério Público as denúncias recebidas pelo site para que a Procuradoria do Trabalho investigue os casos de irregularidades. "A campanha vai durar até que a Lei do PCS seja cumprida e, no caso do TRT, o Regimento Interno. Para isso, o Sitraemg espera contar com o empenho do Ministério Público e com a colaboração das administrações dos órgãos", ressaltou Carlos Antônio.

## sintrajuf-pe

## Servidores da JT reivindicam integralidade de FC's

O mês de outubro foi marcado por protestos dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco. No dia 03, o pleno do órgão decidiu administrativamente suspender o pagamento da integralidade da função comissionada. O Sintrajuf/PE ingressou com recurso administrativo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a decisão, para requerer a restauração da gratificação de função comissionada cumulativa com a VPNI e a exclusão das vantagens de natureza pessoal na aplicação do limite remuneratório.

Junto com o Sintrajuf nesta campanha, a Associação dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho (Astra), ingressou com uma petição no TRF da 5ª Região requerendo o restabelecimento do direito. Ao tomar conhecimento do caso, o juiz do TRF solici-

tou que a presidência do TRT explicasse a decisão. O TRT argumentou que não tem competência para se defender, passando a responsabilidade para a Advocacia Geral da União (AGU). O Sintrajuf/PE oficiou, ainda, a OAB de Pernambuco denunciando o episódio e solicitando pronunciamento da entidade.

Os servidores estão mobilizados desde a decisão do TRT e nas assembleias realizadas pelo sindicato, a categoria decidiu continuar usando preto às quintas-feiras até que as reivindicações sejam atendidas. "Precisamos nos unir. Quantos outros direitos serão retirados se continuarmos em silêncio?", questionou a presidente do Sintrajuf e diretora da Fenajufe, Jacqueline Albuquerque. Ela resalta a importância do fortalecimento dos atos como forma de resposta coletiva.

## A Reforma do Judiciário precisa ser adiada

A Reforma do Judiciário foi elaborada a partir do Documento Técnico 319 do Banco Mundial (íntegra em [www.fenajufe.org.br](http://www.fenajufe.org.br)), que determina as orientações da instituição visando "Reformas do Judiciário para América Latina e Caribe". O diagnóstico e as soluções ali propostas visam atender as exigências do grande capital corporativo e financeiro internacional e garantir "segurança jurídica" para seus interesses, em detrimento direto dos interesses do povo brasileiro.

A Reforma tal qual está apresentada é frontalmente contraditória com o novo Brasil que emerge das urnas e pode ser modificada para atender os interesses do povo que quer mudanças. Para tanto, é fundamental a abertura de uma ampla discussão com a sociedade.

Dessa forma, os servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União entendem ser essen-

cial o adiamento da votação no Senado para o próximo ano a fim de que, à luz dos novos tempos, do novo governo, do novo Congresso e do novo Brasil se possa reformar no Judiciário o que precisa ser reformado, visando os interesses da sociedade brasileira em sua busca por uma Justiça que seja social.

A proposta de adiamento está sendo defendida pela unanimidade das entidades de servidores federais, juntamente com os partidos (hoje) de oposição. Por outro lado, as forças conservadoras do Congresso, comprometidas com o capital internacional, o FMI e a Alca, tramam para aprovar o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que atende totalmente os interesses do império. A sociedade não pode deixar aprovar a toque de caixa uma reforma totalmente contrária ao Brasil. A Reforma do Judiciário precisa ser adiada!